



RESUMO PARA TOMADORES DE DECISÃO

Pesca ilegal, não comunicada e não regulada e impulsionadores associados

A pesca ilegal, não comunicada e não regulamentada (IUU) ameaça a sustentabilidade das pescas globais nas jurisdições nacionais e no alto mar.¹Os países em desenvolvimento correm maior risco de pesca ilegal, com o total estimado de capturas na África Ocidental 40% maior do que as capturas comunicadas. Esses níveis de exploração prejudicam gravemente a gestão sustentável dos ecossistemas marinhos.²

A pesca IUU é generalizada,³ e as perdas anuais são avaliadas em 10 mil milhões de dólares a 23,5 mil milhões de dólares, representando 11 a 26 milhões de toneladas de peixe.⁴As perdas aumentam substancialmente quando são considerados os impactos em toda a cadeia de valor do peixe.⁵

Grande parte da atividade de pesca IUU de hoje ocorre numa escala estruturada e sistemática em várias jurisdições.⁶ **Também é cada vez mais evidente que os piores exemplos da pesca IUU estão frequentemente ligados a crime transnacional, incluindo abusos de direitos humanos, evasão fiscal, pirataria e tráfico de droga, armas e pessoas.**⁷Estes crimes são perdas líquidas para a economia de um país e resultarão em perda de oportunidades económicas, ambientais e sociais, tanto de curto como de longo prazo, e podem diminuir a segurança alimentar.⁸

A pesca IUU é um fator importante em várias questões importantes, além da pesca sustentável; o impacto não é meramente um declínio na abundância de peixes, pois estende-se muito mais a questões mais amplas.A segurança económica, a segurança alimentar, a saúde reduzida (nutrição) e a regulamentação climática (da biomassa de peixe) tornam-se uma preocupação.

Os esforços futuros para melhorar ou expandir a produção de alimentos do mar para alimentar uma população em crescimento serão prejudicados sem ações decisivas entre agências, governos e fronteiras internacionais. A necessidade de garantir recursos reduzidos pode levar a conflitos. A segurança e a governança dos domínios marítimos são essenciais para estratégias de longo prazo para garantir a produção contínua e a abundância de recursos.

A necessidade de combater a pesca IUU é cada vez mais reconhecida pelas instituições de alto nível.As Nações Unidas adotaram uma resolução sobre pesca sustentável que se refere regularmente à necessidade de abordar a pesca IUU e à importância das políticas já disponíveis para combatê-la.

Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU estão a pressionar, com o ODS 14.4 a aproximar-se rapidamente do prazo de 2020, mas parece improvável que seja implementado a tempo. Da mesma forma, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), tendo ficado aquém dos compromissos anteriores, estabeleceu objetivos claros para 2020 relacionados com a colheita sustentável entre muitos objetivos da CDB. O G7 (Charlevoix Blueprint 2018) e o G20 (Declaração dos Líderes de Osaka 2019) reconhecem que a pesca IUU é um problema sério que deve ser abordado. Em 2019, os 21 membros da Cooperação Económica Ásia-Pacífico adotaram um roteiro para combater a pesca IUU. **No entanto, apesar de muitas declarações e relatórios oficiais e alguma tração positiva, o problema continua a ser uma enorme ameaça para futuras pescas, alimentos e segurança social e ecossistemas oceânicos saudáveis.**

Este documento, em apoio ao Painel de Alto Nível para uma Economia Oceânica Sustentável,⁹ reconhece os problemas e as tendências da pesca IUU. Ele destaca as formas pelas quais contribui para a sobrepesca e os aspetos de como afeta as áreas costeiras, nas zonas económicas e no alto mar em áreas fora da jurisdição nacional. O papel identifica os principais impulsionadores da pesca IUU e sugere abordagens que, além das que estão em andamento, são necessárias para superar o problema.

Os principais impulsionadores da pesca IUU incluem os seguintes fatores:



Governança fraca nos níveis nacional, regional e internacional cria uma manta de retalhos reguladora que permitiu o florescimento da pesca IUU.



Incentivos económicos impulsionam a pesca IUU e outras atividades ilícitas, como trabalho escravo. Simplificando, a pesca IUU é uma atividade de baixo risco e alto ganho.



Barreiras à aplicação decorrentes da falta de recursos e das dificuldades logísticas de monitorização, controlo e vigilância eficazes sobre vastas áreas do oceano comprometem as tentativas de impedir a pesca IUU.

O documento identifica três oportunidades de ação decisivas e de alto nível, que juntas oferecem uma resposta robusta e viável à ameaça global da pesca IUU, garantindo a saúde do oceano, a biodiversidade e uma economia oceânica sustentável. Estas ações complementam as políticas existentes e visam diretamente os principais fatores impulsionadores da pesca IUU. Estas ações transformacionais podem ser realizadas por governos, empresas, indústria, setores privados, cientistas e sociedade civil.

As oportunidades de ação de alto nível incluem as seguintes possibilidades:

- 1. Adotar a transparência global na pesca.** Os avanços tecnológicos nos métodos de monitorização - tanto para monitorizar os movimentos das embarcações de pesca quanto para monitorizar as capturas de peixes na cadeia de valor - oferecem uma nova esperança para a gestão da pesca. Isto, combinado com uma melhor compreensão pública das embarcações que estão autorizadas a transbordar ou pescar, e onde, conduzirá a uma melhor conformidade.
- 2. Exercer controlos mais apertados nos portos.** Todos os estados portuários devem ratificar e implementar o Acordo de Medidas dos Estados Portuários da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (PSMA) para impedir que peixes capturados por IUU entrem no mercado. O PSMA exige que as partes coloquem controlos mais rígidos sobre as embarcações de bandeira estrangeira que procuram usar os seus portos para detetar e impedir o comércio de produtos IUU.
- 3. Melhorar a colaboração.** Como a pesca IUU não respeita as fronteiras políticas, a colaboração regional entre as nações é essencial. A colaboração entre departamentos e governos, assim como entre empresas e instituições financeiras, estabelecimentos científicos e o setor civil gerará novas soluções, maximizará o impacto e reduzirá os custos.

Além das oportunidades de alto nível para ação, o artigo apresenta um conjunto detalhado de ações que podem ser tomadas por vários intervenientes. Sempre que possível, a colaboração entre os diferentes intervenientes é incentivada para maximizar o efeito e racionalizar os custos. **Sob oportunidades para intervenientes específicos, o artigo oferece as seguintes sugestões, entre outras (ver Tabela 1):**

Tabela 1. Oportunidades para intervenientes específicos.

PARA O GOVERNO:

1. Abordar a não uniformidade dos regulamentos da organização regional de gestão de pescas através de um fórum/mecanismo internacional, como a Assembleia Geral da ONU.
2. Os estados de bandeira devem exercer controlo adequado sobre o registo da embarcação, inclusive garantindo que a gestão do registo esteja dentro do estado de bandeira (e não seja de propriedade de uma empresa privada externa).
3. Os estados costeiros devem garantir que os regulamentos trabalhistas sejam suficientes para facilitar a identificação e investigação de casos de trabalho forçado, abuso de trabalho e tráfico de seres humanos detetados a bordo de embarcações de pesca. Os regulamentos também devem ser suficientes para permitir a ação legal e a penalização dos autores destes crimes. O Acordo da Cidade do Cabo e a Convenção sobre Trabalho na Pesca da Organização Internacional do Trabalho devem ser ratificados e adotados.
4. Os estados portuários devem ratificar e implementar o PSMA.
5. Os estados dos mercados devem adotar regulamentos semelhantes ao regulamento de pesca IUU da União Europeia.

PARA O SETOR PRIVADO:

1. Tornar as condições de transparência e rastreabilidade da pesca nos contratos.
2. Garantir a precisão das informações de propriedade para evitar o uso de empresas de fachada.
3. Lembre-se de não lidar com os estados de bandeira que não cumprem as suas obrigações de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
4. Proibir o uso de portas ratificadas pelo PSMA como uma condição de contratos ou seguro.
5. Garantir aos consumidores a rastreabilidade e a qualidade dos produtos da pesca (por exemplo, fornecer essas informações na embalagem).

PARA A CIÊNCIA:

1. Fornecer a melhor avaliação do stock de peixes em todo o mundo.
2. Fornecer informações sobre mudanças nos padrões de comportamento/migração de peixes causados pelas alterações climáticas.
3. Promover a sensibilização sobre a sustentabilidade da pesca para educar os consumidores a escolher produtos de peixe com rastreabilidade garantida.

O documento deixa claro que as soluções devem ser específicas ao contexto. Frequentemente, uma boa solução para uma área pode não ser relevante para outra. O documento incentiva todos os leitores a considerar toda a gama de ações potenciais que, realizadas localmente, nacionalmente, regionalmente ou internacionalmente, terão um impacto nos pescadores IUU.

Criado em setembro de 2018, o Painel de Alto Nível para uma Economia do Mar Sustentável (HLP - High Level Panel) é uma iniciativa ímpar de 14 chefes de Governo e de Estado em exercício empenhados em catalisar soluções corajosas e pragmáticas em prol do bem-estar e da riqueza dos oceanos, que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que proporcionem um futuro melhor para as pessoas e para o planeta. O Painel de Alto Nível é composto pelos presidentes ou primeiros-ministros de Austrália, Canadá, Chile, Gana, Ilhas Fiji, Indonésia, Jamaica, Japão, México, Namíbia, Noruega, Portugal, Quênia e República de Palau, e é apoiado por um Grupo de peritos, uma Rede de conselheiros e um Secretariado, que coadjuvam o Painel em matéria de trabalho analítico, comunicação e envolvimento das partes interessadas. O Secretariado tem sede no Instituto Mundial de Recursos (World Resources Institute).

O artigo aqui resumido foi encomendado pelo Painel de Alto Nível e faz parte de uma série de "Livros Azuis" que examinam os desafios prementes que cruzam o mar com a economia. Os Livros Azuis foram elaborados por mais de 160 reconhecidos peritos mundiais de 47 países. Neles se pretende resumir os últimos avanços científicos e pensamentos inovadores no que respeita a novas soluções para os oceanos, nos campos tecnológico, político, financeiro e de governança, que possam ajudar a acelerar a mudança para uma relação mais sustentável e próspera com o mar. Os Livros Azuis serão publicados de forma regular entre novembro de 2019 e junho de 2020, e disponibilizados sob a forma de Compendio editado de Livros Azuis do Painel de Alto Nível, antes da Conferência dos Oceanos da ONU, que terá lugar em Lisboa em 2020.

Os argumentos, conclusões e recomendações expostos nos Livros Azuis representam apenas o ponto de vista dos autores. Apesar de o Painel de Alto Nível apoiar a generalidade das conclusões e recomendações, não foi pedido aos respetivos membros que aprovassem os Livros Azuis, nem deve haver lugar a essa interpretação.

Para mais informações, incluindo a consulta do artigo completo, vá a www.oceanpanel.org.

Notas

- 1 SEAFDEC (Southeast Asian Fisheries Development Center). 2015. Asian Guidelines for Preventing the Entry of Fish and Fishery Products from IUU Fishing Activities into the Supply Chain. Myanmar: SEAFDEC.
- 2 Agnew, D.J., J. Pearce, G. Pramod, T. Peatman, R. Watson, J.R. Beddington, and T.J. Pitcher. 2009. "Estimating the Worldwide Extent of Illegal Fishing." PLoS ONE 4 (2): e4570.
- 3 Sumaila, U.R., J. Alder, and H. Keith. 2006. "Global Scope and Economics of Illegal Fishing." Marine Policy 30 (6): 696–703.
- 4 Agnew, D.J., J. Pearce, G. Pramod, T. Peatman, R. Watson, J.R. Beddington, and T.J. Pitcher. 2009. "Estimating the Worldwide Extent of Illegal Fishing." PLoS ONE 4 (2): e4570.
- 5 Konar, M., E. Grey, L. Thuringer, and U.R. Sumaila. 2019. "The Scale of Illicit Trade in Pacific Ocean Marine Resources." Working Paper. Washington, DC: World Resources Institute.
- 6 Haenlein, C. 2017. "Below the Surface: How Illegal, Unreported and Unregulated Fishing Threatens Our Security." RUSI Occasional Paper, July. https://rusi.org/sites/default/files/201707_rusi_below_the_surface_haenlein.pdf.
- 7 Sumaila, U.R., and M. Bawumia. 2014. "Fisheries, Ecosystem Justice and Piracy: A Case Study of Somalia." Fisheries Research 157: 154–63; Telesetsky, A. 2014. "Laundering Fish in the Global Undercurrents: Illegal, Unreported and Unregulated Fishing and Transnational Organized Crime." Ecology Law Quarterly 41 (4): 939–97.
- 8 FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2000. Expert Consultation on Illegal, Unreported and Unregulated Fishing. Sydney: FAO; Sumaila, U.R. 2018. "Illicit Trade in the Marine Resources of West Africa." Ghanaian Journal of Economics 6 (1): 108–16.
- 9 Widjaja, S., T. Long, H. Wirajuda, et al. 2019. Illegal, Unreported and Unregulated Fishing and Associated Drivers. Washington, DC: World Resources Institute.